

**ÁGUAS DE SANTO ANDRÉ, S.A.**

**CLPQ 05/DIN-EN/22**

**CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO COM  
PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JOUE PARA A CELEBRAÇÃO  
DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA “APOIO  
TÉCNICO NA GESTÃO DE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS DA  
AdSA”**

**PROGRAMA DO CONCURSO**

**AGOSTO DE 2022**

---

**Concurso limitado por prévia qualificação com publicação de anúncio no JOUE para a celebração de contrato de Aquisição de Serviços para “Apoio técnico na gestão de projetos e empreendimentos da AdSA”**

**Artigo 1.º**

**Objeto do concurso**

- I. O concurso tem por objeto a Aquisição de Serviços para “Apoio técnico na gestão de projetos e empreendimentos da AdSA”, de acordo com o especificado no Caderno de Encargos.

Face à natureza e aos objetivos da contratação objeto deste concurso, não podem apresentar propostas concorrentes a quem tenham sido contratados, ou adjudicados, projetos e projetos para a AdSA nos últimos doze meses, no valor global superior a 230 000,00€ (duzentos e trinta mil euros).

**Artigo 2.º**

**Entidade adjudicante**

A entidade adjudicante é a **Águas de Santo André, S.A.**, com sede na Cerca da Água - Rua dos Cravos, 7500-130, Vila Nova de Santo André, pessoa coletiva n.º 505 600 005, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém, com os seguintes contactos para efeitos do presente procedimento:

*Telefone:* +351 269 708 240

*Fax:* +351 269 708 269

*Endereço de email:* geral.adsa@adp.pt

**Artigo 3.º**

**Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da empresa no dia 01 de setembro de 2022.

---

## **Artigo 4.º**

### **Plataforma eletrónica**

O presente concurso é tramitado na plataforma eletrónica de Contratação Pública Acingov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.

## **Artigo 5.º**

### **Esclarecimentos e erros e omissões sobre as peças do procedimento na fase de apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos**

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso e as listas com a identificação dos erros e omissões das peças do procedimento devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às 18h00m00s do 1/3 do prazo para apresentação das candidaturas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 18h00m00s do 2/3 do prazo para apresentação das candidaturas.
3. O órgão competente pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 18h00m00s do 2/3 do prazo para apresentação das candidaturas.

## **Artigo 6.º**

### **Esclarecimentos e erros e omissões sobre as peças do procedimento na fase de apresentação e análise das propostas e adjudicação**

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso e as listas com a identificação dos erros e omissões das peças do procedimento devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às 18h00m00s do 1/3 do prazo para apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 18h00m00s do 2/3 do prazo para apresentação das propostas.
3. O órgão competente pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 18h00m00s do 2/3 do prazo para apresentação das propostas.

---

## **Artigo 7.º**

### **Qualificação dos candidatos**

A qualificação assenta no modelo simples, sendo qualificados todos os candidatos que preencham os requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira.

## **Artigo 8.º**

### **Requisitos mínimos**

- I. Os candidatos devem preencher os seguintes requisitos mínimos de capacidade técnica:
  - a) Os Técnicos a afetar à presente aquisição de serviços, deverão possuir:
    - i. Habilitações mínimas ao nível do grau de Licenciatura pré-Bolonha ou de Mestrado pós-Bolonha, em Engenharia Civil;
    - ii. Experiência de, pelo menos, 10 (dez) anos, em funções similares (em trabalhos de direção de obra e fiscalização de obras públicas);
    - iii. Experiência efetiva em Direção de Obra e/ou Fiscalização, pelo menos, em 5 (cinco) obras, nos últimos 10 (dez) anos, em sistemas de abastecimento de água e/ou de recolha de águas residuais e equipamentos associados;
    - iv. Experiência efetiva em Direção de Obra e/ou Fiscalização, pelo menos, em 1 (uma) obra em 3 (três) das alíneas abaixo seguintes:
      - Intercetor (es)/ Adutora(s) que inclua(m) tubagem de diâmetro superior a 500 mm;
      - Reservatório(s) com capacidade superior a 2000 m<sup>3</sup>;
      - ETA dimensionadas para um caudal de mínimo, 200 l/s;
      - ETAR dimensionada para uma população equivalente igual ou superior a 50.000 habitantes equivalentes;
2. Os candidatos devem preencher os seguintes requisitos mínimos de capacidade financeira:
  - a) Através da declaração bancária constante do anexo VI do CCP, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 179º do CCP; ou
  - b) No caso de o candidato ser um agrupamento, um dos membros que o integram ser uma instituição de crédito que apresente documento comprovativo de que possui sede ou sucursal em Estado membro da União Europeia, emitido pela entidade que exerça a supervisão bancária nesse Estado, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 179º do CCP.

## Artigo 9.º

### Documentos que constituem as candidaturas

- I. As candidaturas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
  - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, **ANEXO I** deste Programa do Concurso;
  - b) Declaração, assinada pelo representante da empresa, que mencione a composição nominativa dos técnicos intervenientes na prestação de serviços, acompanhada dos respetivos curricula, que comprovem o solicitado no ponto I do artigo 8.º do presente Programa do Concurso, de acordo com os modelos do **ANEXO II** deste Programa do Concurso;  
Os curricula a apresentar serão dos técnicos a afetar à presente aquisição de serviços;
  - c) Lista dos trabalhos realizados, de acordo com o solicitado no ponto I do artigo 8.º do presente Programa do Concurso, em conformidade com o modelo apresentado no **ANEXO III** deste Programa do Concurso, acompanhada de certificados/declarações que confirmam a função desempenhada, elaborados em conformidade com o **ANEXO IV** deste Programa do Concurso. Os certificados devem referir a função desempenhada, montante, e características da obra que atestem o solicitado no ponto I do artigo 8.º do presente Programa do Concurso;
  - d) Declaração bancária constante do anexo VI do CCP;
  - e) Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do candidato por parte de quem assina a candidatura, designadamente certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor.
2. Quando, para efeitos do preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica, o candidato recorra a terceiros, independentemente do vínculo que com eles estabeleça, nomeadamente o de subcontratação, a respetiva candidatura é ainda substituída por uma declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a realizar determinadas prestações objeto do contrato a celebrar.
3. Caso o candidato revista a forma de agrupamento e exista um representante comum do agrupamento, a candidatura deve ainda ser constituída por declaração contendo a

- 
- designação do representante comum, bem como pelos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.
4. Caso o candidato revista a forma de um agrupamento:
    - a) O documento previsto na alínea a) do n.º I deve ser apresentado por todos os seus membros;
    - b) Os documentos destinados à qualificação previstos na alínea b) do n.º I têm de ser apresentado por todos os seus membros.
  5. Os documentos referidos nos n.ºs 1, 2 e 3 devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada.
  6. Não aplicável.

### **Artigo 10.º**

#### **Prazo para apresentação das candidaturas**

As candidaturas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às 18h00m00s do trigésimo dia, a contar da data do envio do anúncio para publicação no Diário da República.

### **Artigo 11.º**

#### **Modo de apresentação das candidaturas**

1. Os documentos que constituem as candidaturas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, devendo ser assinados eletronicamente.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
  - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
  - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º de um documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a candidatura ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, caso

exista, devendo ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou por todos os membros do agrupamento, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 do presente artigo.

## **Artigo 12.º**

### **Prazo para a decisão de qualificação**

É de 90 (noventa) dias, o prazo para a decisão de qualificação.

## **Artigo 13.º**

### **Prazo para apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos mínimos**

Quando se tenham limitado a declarar o preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira no documento previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º, os candidatos qualificados deverão apresentar os documentos comprovativos desse preenchimento no prazo de 15 (quinze) dias.

## **Artigo 14.º**

### **Critério de adjudicação e critério de desempate**

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, submetendo-se apenas à concorrência o preço a pagar pela execução da prestação que constitui objeto do contrato.
2. Caso seja ordenada mais do que uma proposta no mesmo lugar, serão considerados, para efeitos de desempate, os seguintes critérios:
  - a) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio não presencial, nos seguintes termos:
    - i. O sorteio será assegurado através de meios de comunicação à distância adequados, designadamente teleconferência, videochamada ou outro;
    - ii. O júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas empatadas, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, dos termos aplicáveis à realização do sorteio;

- iii. A falta de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

### Artigo 15.º

#### Documentos de habilitação

- I. No prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o Adjudicatário deve apresentar na plataforma referida no artigo 4.º *supra*:
  - a) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao CCP;
  - b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - d) Certificado do registo criminal do Adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
  - e) Certificado de Habilitações mínimas exigidas ao nível do grau de Licenciatura pré-Bolonha ou de Mestrado pós-Bolonha, em Engenharia Civil;
  - f) Declaração de Subscrição da Política Empresarial da Entidade Adjudicante, elaborada de acordo com a minuta constante do **ANEXO V** ao presente Programa do Concurso;
  - g) Declaração de Aceitação dos Requisitos do Sistema de Sustentabilidade Empresarial, elaborada de acordo com a minuta constante do **ANEXO VI** ao presente Programa do Concurso;
  - h) Declaração de Compromisso da Responsabilidade Social, elaborada de acordo com a minuta constante do **ANEXO VII** ao presente Programa do Concurso;
  - i) Declaração de Compromisso no âmbito da Segurança, elaborada de acordo com a minuta constante do **ANEXO VIII** ao presente Programa do Concurso;
2. Caso o Adjudicatário revista a forma de um agrupamento:



- 
- a) Os documentos de habilitação previstos nas alíneas a), b), c) e d) do n.º I devem ser apresentados por todos os seus membros;
  - b) Os documentos de habilitação previstos na alínea e) do n.º I devem ser apresentados por todos os membros do agrupamento cuja atividade careça da sua titularidade.
3. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada.
  4. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º I ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
  5. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o Adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
  6. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a cinco dias, na sequência de solicitação do Adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar antes de expirado o prazo a prorrogar.
  7. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
    - a) No prazo fixado no n.º I, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
    - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
    - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
  7. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do CCP, e esse facto não seja imputável ao Adjudicatário, este dispõe de um
-

prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 2 (dois) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.

## **Artigo 16.º**

### **Caução**

1. Para garantia da celebração do contrato e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o Adjudicatário deve prestar uma caução correspondente a 5% do preço contratual.
2. A caução deve ser prestada:
  - a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem de **Águas de Santo André, S.A.**, nos termos do modelo constante do **ANEXO IX** ao presente programa, que dele faz parte integrante;
  - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes dos anexos **ANEXO X** e **ANEXO XI** ao presente programa.
3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos números anteriores, a caução que lhe seja exigida.

## **Artigo 17.º**

### **Modalidade jurídica do agrupamento Adjudicatário**

1. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, todos os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
2. O agrupamento Adjudicatário deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

## **Artigo 18.º**

### **Novos serviços**

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP, desde já se indica a possibilidade de adoção de um procedimento de ajuste direto para a celebração de

---

um futuro contrato de aquisição de serviços que consista na repetição de serviços similares ao objeto do presente concurso público.

### **Artigo 19.º**

#### **Celebração do contrato**

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo Adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de três dias úteis.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo Adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.
4. É igualmente causa de caducidade da adjudicação o não cumprimento dos meios técnicos indicados na candidatura ou, em caso de eventual substituição destes, a verificação e validação prévia pela Entidade Adjudicante.
5. Correm por conta do Adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

### **Artigo 20.º**

#### **Dados pessoais**

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das candidaturas e das propostas, bem como dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do CCP, respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das candidaturas e das propostas, os candidatos e os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A entidade adjudicante garante igualmente que os candidatos e os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

- 
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico [dpo.adsa@adp.pt](mailto:dpo.adsa@adp.pt).

---

## ANEXO I

### **DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA, CUJO FORMULÁRIO TIPO FOI APROVADO PELO REGULAMENTO DE EXECUÇÃO (UE) 2016/7 DA COMISSÃO, DE 5 DE JANEIRO DE 2016, ANEXO I DESTE PROGRAMA DO CONCURSO**

*(a que se refere a alínea a) do Artigo 9º do Programa do Concurso)*

Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016.

O concorrente deverá utilizar o documento pré-preenchido pela Águas de Santo André disponibilizado junto às peças do presente procedimento na plataforma eletrónica e completar o seu preenchimento, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal Base <http://www.base.gov.pt/deucp/>.

As partes IV e V do DEUCP não são aplicáveis ao presente procedimento.

O(s) DEUCP(s) deve(m) ser assinado(s) eletronicamente, pelo(s) operador(es) económico(s) ou por representante(s) legal(ais) com poderes para o(s) obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada.

Recomenda-se, para efeitos do preenchimento do formulário, a prévia leitura da CIRCULAR INFORMATIVA N.º 01/IMPIC/2016, bem como, o documento de ajuda (FAQ) em anexo à mesma, em

[http://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/Circular\\_informativa\\_I\\_IMPIC\\_2016.pdf](http://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/Circular_informativa_I_IMPIC_2016.pdf).

---

## ANEXO I

### MODELO DE DECLARAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA

(a que se refere a alínea b) do Artigo 9º do Programa do Concurso)

#### A. Modelo da Declaração

\_\_\_\_\_ (denominação social e sede da empresa concorrente), declara que a composição da equipa técnica a afetar é a seguinte:

- Técnico 1;  
(nome conforme *curriculum vitae*)
- Técnico 2;  
(nome conforme *curriculum vitae*)

Data \_\_\_\_\_

Assinatura(s) \_\_\_\_\_ <sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup> Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

---

B. Modelo dos “curricula” (Este modelo é apenas orientador podendo ser apresentados modelos diferentes desde que respondam a todas as rubricas abaixo indicadas)

**Função: ....**

- Nome: ...
- Grau académico: ... *(indicar os graus que possui e as escolas superiores que lhes conferiram e os anos em que os obteve)*
- Anos de experiência profissional: ...
- Qualificações principais: ... *(resumo em não mais de 200 palavras)*
- Área de especialidade: ...
- Experiência profissional nos domínios relacionados com características similares à da aquisição de serviços a contratar e executar no âmbito deste procedimento nos últimos 10 anos (dez), com a indicação inequívoca dos trabalhos realizados, que verificam os requisitos exigidos. Resumir cada experiência indicando a designação da obra, uma descrição resumida da mesma, as datas de início e de conclusão e a afetação.

## ANEXO III

### MODELOS DE LISTAS DE TRABALHOS REALIZADOS

(a que se refere a alínea c) do Artigo 9º do Programa do Concurso)

(Modelo aplicável a cada um dos técnicos que venham a ter intervenção na execução da prestação de serviços)

O técnico \_\_\_\_\_ (indicar nome e NIF) apresenta a seguinte demonstração da sua capacidade técnica precedente nos últimos 10 (Dez) anos através da enumeração das suas atividades relacionadas com a Direção de Obra e/ou Fiscalização de obras públicas.

- .....
- .....
- .....
- .....
- .....

Direção de Obra e/ou Fiscalização de Intercetor(es) / Adutora(s) / Reservatório(s) / ETA / ETAR com as seguintes características (preencher apenas as aplicáveis):

Designação da Obra	Cliente	Diâmetro das condutas	Capacidade dos Reservatórios (m3)	Q (l/s); hab. Eq.	Valor final da Obra	Data de conclusão da Obra

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura(s): \_\_\_\_\_

(em papel oficial das declarantes)



---

## ANEXO IV

### MODELO DA DECLARAÇÃO QUE CONFIRME A FUNÇÃO DESEMPENHADA

*(a que se refere a alínea c) do Artigo 9º do Programa do Concurso)*

(Este modelo é apenas orientador podendo ser apresentados modelos diferentes desde que respondam no mínimo ao solicitado no modelo abaixo apresentado)

\_\_\_\_\_ (indicar designação social e sede), proprietária da \_\_\_\_\_ (indicar designação), declara, para os devidos efeitos, que o técnico \_\_\_\_\_ (indicar nome e NIF) participou na Direção de Obra / Fiscalização da obra de \_\_\_\_\_, com o valor global de \_\_\_\_\_ (indicar o montante da obra em euros), no período compreendido entre \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_ (indicar meses e anos), tendo desempenhado os serviços adjudicados de uma forma plenamente satisfatória e eficiente cumprindo as suas obrigações contratuais e os objetivos previstos. A empresa e os seus quadros técnicos afetos à prestação de serviços demonstraram capacidade técnica e competência profissional.

Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

---

## ANEXO V

### DECLARAÇÃO DE SUBSCRIÇÃO DA POLÍTICA EMPRESARIAL

*(a que se refere a alínea f) do Artigo 15.º do presente Programa do Concurso)*

[Nome da Empresa], com sede em [localização da sede] após terem tomado completo conhecimento da Política Empresarial da **Águas de Santo André, S.A.**, formalizam, desde já, a intenção de, em caso de adjudicação, subscreverem a Política Empresarial, disponível no website da **Águas de Santo André, S.A.**, através do link <http://www.adsa.pt/gestao-da-melhoria/politica-sre>, e comprometem-se a cumpri-la integralmente.

[Local], [data]

[Assinatura(s)]

---

## ANEXO VI

### DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS REQUISITOS DO SISTEMA DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

*(a que se refere a alínea g) do Artigo 15.º do presente Programa do Concurso)*

[Nome da Empresa], com sede em [localização da sede], pessoa coletiva n.º [número], neste ato representada por [designação dos representantes], declara que teve conhecimento dos Requisitos do SSE para aquisição de Bens e Serviços, disponível no website da Águas de Santo André, S.A., através do link [http://www.adsa.pt/contents/documents/requisitos\\_sse.pdf](http://www.adsa.pt/contents/documents/requisitos_sse.pdf) pelo que assume, de modo informado e voluntário, os compromissos:

- Cumprir os procedimentos constantes no referido documento, bem como divulgá-los por todos os colaboradores da empresa e demais entidades a atuar em sua representação;
- Partilhar a Política Empresarial;
- Disponibilizar os meios que permitam a **Águas de Santo André, S.A.**, a verificação do cumprimento dos compromissos assumidos.

[Local], [data]

[Assinatura(s)]

---

## ANEXO VII

### DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

*(a que se refere a alínea h) do Artigo 15.º do presente Programa do Concurso)*

[Nome da Empresa], com sede em [localização da sede], pessoa coletiva n.º [número], neste ato representada por [designação dos representantes], declara que no âmbito da sua atividade:

1. Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
2. Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
3. Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes e danos à saúde;
4. Não coloca qualquer objeção à associação dos colaboradores a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
5. Não realiza qualquer tipo de discriminação e respeita todos os direitos e práticas associadas à raça, classe social, nacionalidade, religião, sexo, idade, orientação sexual, associação a sindicato, filiação política;
6. Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
7. Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física e abuso verbal;
8. Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho;
9. Assegura que a composição dos salários e benefícios seja clara para os colaboradores;
10. Define as necessárias orientações internas que permitam dar cumprimento aos princípios aqui estabelecidos e divulga este compromisso aos seus colaboradores e demais entidades a atuar em sua representação;
11. Compromete-se a implementar, de imediato, ações de reparação, em caso de incumprimento de algum dos princípios aqui estabelecidos;
12. Compromete-se a disponibilizar os meios que permitam a **Águas de Santo André, S.A.**, a verificação do cumprimento destes requisitos.

[Local], [data]

[Assinatura(s)]

## ANEXO VIII

### DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO NO ÂMBITO DA SEGURANÇA

*(a que se refere a alínea i) do Artigo 15.º do presente Programa do Concurso)*

[Nome da Empresa], com sede em [localização da sede], pessoa coletiva n.º [número], neste ato representada por [designação dos representantes], declaro que esta possui os seguintes documentos legalmente exigíveis, encontrando-se os mesmos válidos à data de contratação dos serviços:

Documentos Legalmente Exigíveis:

- a) Identificação civil do(s) trabalhador(es);
- b) Apólice de seguro de acidentes de trabalho, com o nome do (s) trabalhador (es) segurado(s) e último recibo pago (Entrega Obrigatória);
- c) Apólice de seguro de responsabilidade civil que descreva as coberturas e respetivas aplicabilidades e último recibo pago (Entrega Obrigatória);
- d) Ficha (s) de aptidão do trabalho (FAT) atualizada (s) (Entrega Obrigatória);
- e) Registo de entrega de equipamentos de proteção individual aos trabalhadores, adequados às atividades a desempenhar;
- f) Registo de formação, caso haja necessidade de qualificação profissional adequada para trabalhos de riscos especial, ou de natureza específica;
- g) Identificação de perigos e avaliação de riscos sobre as tarefas desempenhadas pelo(s) trabalhador(es);
- h) Formação aos colaboradores sobre os perigos e riscos associadas às suas tarefas;
- i) Listagem e verificações de acordo com DL n.º 50/2005 atualizadas das máquinas necessárias para a execução do trabalho;
- j) Preenchimento obrigatório do impresso “Gestão de Entradas”, a enviar com 24h horas úteis para verificação pelo serviço de segurança da **Águas de Santo André, S.A.**, disponível no website da Empresa, <http://www.adsa.pt/contents/documents/g2sim01109.pdf>.

Comprometendo-me a:

1. Fazer prova dos documentos acima mencionados em qualquer momento do contrato em vigor, caso a **Águas de Santo André, S.A.** o exija;
2. Responsabilizar-me por quaisquer danos causados, direta ou indiretamente, aos utilizadores do espaço ou às instalações da **Águas de Santo André, S.A.** ou ainda aos espaços onde decorram as atividades;
3. Cumprir e fazer com que, todas as pessoas sob minha responsabilidade envolvidas na prestação de serviço a fornecer, cumpram, todas as orientações que lhe(s) for(em) transmitidas no âmbito do serviço contratado, , assim como assegurar que os mesmos têm conhecimento dos riscos presentes nas instalações da **Águas de Santo André, S.A.**, forme Folhetos de Segurança anexos.

Declaro que tive conhecimento dos Requisitos de Segurança constantes dos Requisitos de SSE, pelo que assume, de modo informado e voluntário, os compromissos:

---

Cumprir os procedimentos constantes no referido documento, bem como divulgá-los por todos os colaboradores da empresa e demais entidades a atuar em sua representação;

- Disponibilizar os meios que permitam a **Águas de Santo André, S.A.**, a verificação do cumprimento dos compromissos assumidos.

[Local], [data]

[Assinatura(s)]

Juntar: documento indicando o poder de representação, quando aplicável

---

## ANEXO IX

### MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

(a que se refere a alínea a) do n.º 2 do Artigo 16.º do presente Programa do Concurso)

Euros \_\_\_\_\_ €

Vai \_\_\_\_\_ [nome do Adjudicatário], com sede em \_\_\_\_\_ [morada], depositar na \_\_\_\_\_ [sede, filial, agência ou delegação] do Banco \_\_\_\_\_ a quantia de \_\_\_\_\_ [por algarismos e por extenso] em dinheiro/em títulos \_\_\_\_\_ [eliminar o que não interessar], como caução exigida para \_\_\_\_\_ [identificação do procedimento], nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de \_\_\_\_\_ [entidade adjudicante], a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Local], [data]

[Assinatura(s)]

---

## ANEXO X

### MODELO DE GUIA DE GARANTIA BANCÁRIA

(a que se refere a alínea b) do n.º 2 do Artigo 16.º do presente Programa do Concurso)

À [designação da entidade adjudicante]:

O \_\_\_\_\_ [banco], com sede em \_\_\_\_\_ [morada], com o capital social de \_\_\_\_\_ [capital social], pessoa coletiva número \_\_\_\_\_ [número de identificação de pessoa coletiva], representado por \_\_\_\_\_ [representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)] (doravante designada(o) por “Ordenante”), vem prestar, por conta e a pedido de \_\_\_\_\_ [nome do Adjudicatário], com sede em \_\_\_\_\_ [morada], como Adjudicatário do procedimento n.º [●] destinado à celebração do contrato de [●], garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor de [designação da entidade adjudicante] (adiante designada(o) por “Beneficiário”), até ao valor de \_\_\_\_\_ Euros [repetir por extenso], em caução do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do contrato e do caderno de encargos.

Em consequência, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, ao Beneficiário, até àquele valor, sem quaisquer reservas e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo Beneficiário, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo do procedimento e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do Ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente garantia serão processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.



---

Esta garantia é de € \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ euros), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito de acordo com o estabelecido no caderno de encargos do referido procedimento e no Código dos Contratos Públicos.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

[Local], [data]

[Assinatura(s)]

---

## ANEXO XI

### MODELO DE GUIA DE SEGURO-CAUÇÃO

(a que se refere a alínea b) do n.º 2 do Artigo 16.º do presente Programa do Concurso)

A \_\_\_\_\_ [companhia de seguros], com sede em \_\_\_\_\_ [morada] presta a favor de [designação da entidade adjudicante], e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com \_\_\_\_\_ [tomador de seguro], garantia à primeira solicitação no valor de \_\_\_\_\_ Euros [repetir por extenso], correspondente à caução prevista no procedimento n.º [●], destinado à celebração do contrato de [●], com vista a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que \_\_\_\_\_ [Adjudicatário], com sede \_\_\_\_\_ [morada], assumirá no contrato que com ele a [designação da entidade adjudicante], vai celebrar.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação da [designação da entidade adjudicante], sem que este tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que \_\_\_\_\_ [Adjudicatário] assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à [designação da entidade adjudicante], quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado com o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previsto no contrato e na legislação aplicável.

[Local], [data]

[Assinatura(s)]